

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO CELEBRADA ENTRE O SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA E O SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE SANTA LUZIA, ADIANTE ASSINADOS, REPRESENTADOS POR SEUS PRESIDENTES, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

2 0 1 4 / 2 0 1 5

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:

DATA DE REGISTRO NO MTE:

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:

NÚMERO DO PROCESSO:

DATA DO PROTOCOLO:

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA - SECBHRM, CNPJ n. 17.220.179/0001-95, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JOSE CLOVES RODRIGUES;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE SANTA LUZIA, CNPJ n. 07.844.676/0001-00, neste ato representado por seu Presidente, Sr. SEBASTIÃO IVO ALVES;

celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015 e a data-base da categoria em 1º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados no Comércio**, com abrangência territorial em **Santa Luzia/MG**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

A Entidade Patronal concede à categoria profissional representada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, no dia 1º de fevereiro de 2014 – data-base da categoria profissional do comercio varejista de Santa Luzia/MG, reajuste salarial a incidir sobre os salários vigentes no mês de aplicação do índice de proporcionalidade abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO E DE INCIDÊNCIA DO REAJUSTE	ÍNDICE	FATOR DE REAJUSTE
Até Fevereiro/2013	7,00%	1,0700
Março/2013	6,40%	1,0640
Abril/2013	5,80%	1,0580
Maió/2013	5,21%	1,0521
Junho/2013	4,62%	1,0462
Julho/2013	4,03%	1,0403
Agosto/2013	3,44%	1,0344

Setembro/2013	2,86%	1,0286
Outubro/2013	2,28%	1,0228
Novembro/2013	1,71%	1,0171
Dezembro/2013	1,14%	1,0114
Janeiro/2014	0,57%	1,0057

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na aplicação dos índices acima já se acham compensados os aumentos espontâneos e/ou antecipações salariais, concedidos no período de 1º de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho aplica-se somente aos comerciários do comércio varejista de SANTA LUZIA/MG.

CLÁUSULA QUARTA - SALARIO DE INGRESSO

As partes convencionam que o menor salário a ser pago aos trabalhadores do comércio de Santa Luzia/MG é de R\$780,00 (Setecentos e oitenta reais).

CLÁUSULA QUINTA - TÉRMINO DE APRENDIZAGEM

As vantagens salariais decorrentes do término de aprendizagem, promoção por antiguidade ou merecimento, reclassificação, transferência de cargo, designação para cargo novo, acesso, ou equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado, não serão objetos de compensação nem dedução.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SEXTA - AFASTAMENTO FÉRIAS

O empregado que estiver afastado do serviço e recebendo auxílio-doença ou prestação por acidente do trabalho da Previdência Social pelo prazo de até 06 (seis) meses, não terá esse tempo deduzido para fins de aquisição de férias.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMITIDO NA MESMA FUNÇÃO

Fica garantido ao empregado admitido para a função de outro dispensado sem justa causa, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA OITAVA - SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

CLÁUSULA NONA - QUADRO DE CARREIRA

Recomenda-se que as empresas, na medida do possível, organizem o seu pessoal em quadro de carreira, nos termos do art. 461, § 2º, da CLT, objetivando a promoção do comerciário pelos critérios do merecimento e da antiguidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA MINIMA

Fica estabelecido que o vendedor comissionista puro, isto é, aquele que percebe salário somente à base de comissões e o vendedor comissionista misto, isto é, aquele que percebe parte fixa mais comissões, farão jus a uma garantia-mínima mensal em valor correspondente a R\$801,00 (oitocentos e um real), observando-se o seguinte:

PARÁGRAFO ÚNICO

Caso a soma das comissões e respectivos repousos semanais remunerados do vendedor comissionista puro não atingir o valor da garantia-mínima, o empregador deverá fazer a necessária complementação.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PRÊMIOS

O comissionista puro, cujo valor de suas comissões, somado aos respectivos repouso semanais, for superior ao valor da garantia-mínima fará jus ao prêmio de R\$74,00 (setenta e quatro reais) e ao repouso semanal remunerado respectivo.

PARÁGRAFO ÚNICO

O comissionista misto, cujo valor de suas comissões, somado aos respectivos repouso semanais, for superior à metade do valor da garantia-mínima, fará jus ao prêmio de R\$37,00 (trinta e sete reais) e ao repouso semanal respectivo.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TAXA DE COMISSÃO

O contrato de trabalho do vendedor comissionista deverá especificar a taxa ou taxas de comissões ajustadas, além do correspondente repouso semanal remunerado a que faz jus, conforme o art. 1º da Lei nº 605/49 e Enunciado nº 27/TST.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - QUEBRA DE CAIXA

Todo empregado que em sua jornada de trabalho exerça a função exclusiva de caixa, deverá tê-la anotada em sua Carteira de Trabalho, recebendo, a título de quebra-de-caixa, o valor de R\$69,00 (sessenta e nove reais) mensais.

PARÁGRAFO ÚNICO

Caso o empregador passe a adotar, a partir de 1º de fevereiro de 2014, como norma da empresa, que não serão exigidas reposições de diferenças apuradas no caixa, ou no controle de entrega de valores, não ficará obrigado a pagar a verba a título de quebra-de-caixa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão pagas com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor do salário-hora normal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para a aplicação deste percentual sobre comissões, tomar-se-á, como base, o valor médio das comissões do mês.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As horas extras habituais integrarão, pela sua média dos 12 (doze) meses, o cálculo do 13º salário, das férias, rescisão e aviso prévio.

Contrato de Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REGISTRO MECÂNICO

Para os estabelecimentos com número igual ou superior a 08 (oito) empregados, será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída em registros mecânicos ou não, devendo ser assinalados os intervalos para repouso.

PARÁGRAFO ÚNICO

O registro da jornada extraordinária será feito no mesmo documento em que se anotar a jornada normal.

Relações de Trabalho - Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

Até que promulgada Lei Complementar, fica estabelecida a estabilidade provisória à gestante, desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto (ADCT, art. 10, II, "b", CF/88).

PARÁGRAFO ÚNICO

Para amamentar o próprio filho, até que este complete seis (6) meses de idade, a mulher terá direito durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de uma hora cada um.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

Ao comerciário que retornar da prestação do serviço militar obrigatório, garante-se o emprego pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua apresentação ao empregador, o que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias do seu desligamento do serviço militar (Lei nº 4.375/64, art. 60).

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PRORROGAÇÃO JORNADA ESTUDANTE

Por esta Convenção fica proibida a prorrogação da jornada de trabalho do comerciário-estudante durante o período letivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUSÊNCIA ESTUDANTE PARA PROVAS

Se o horário de prova escolar, ou de exame vestibular, coincidir com o horário de trabalho, o comerciário estudante terá abonado o tempo de ausência necessário à prova, desde que pré-avise o empregador com 48 (quarenta e oito) horas e comprove sua presença à mesma por atestado do estabelecimento de ensino.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - HORÁRIO ESTUDANTE

Ao comerciário-estudante fica assegurado o direito de sair do serviço meia hora antes do término da jornada de trabalho fixada no quadro de horário de cada empresa, vigorando esta norma tão somente durante o período letivo.

PARÁGRAFO ÚNICO

Não fará jus ao direito estabelecido no *caput* desta cláusula, o comerciário cuja jornada de trabalho diária seja inferior a 07 (sete) horas e que entre o término da jornada normal de trabalho e o início da primeira aula haja um intervalo mínimo de 02 (duas) horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONVENIO ESCOLA

Recomenda-se às empresas que firmem convênios com escolas particulares, com vistas à concessão de bolsas de estudo a seus empregados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONVÊNIO CRECHES

As empresas que tenham em seus quadros 30 (trinta) ou mais mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, e não tiverem local apropriado onde seja permitido as empregadas guardar sobre vigilância e assistência seus filhos durante o período de amamentação, nos termos do art. 389, § 1º, da CLT, poderão estabelecer convênios com creches, através dos quais se obriguem ao custeio integral das despesas, até a(s) criança(s) completar(em) 12 (doze) meses de idade e enquanto perdurar o vínculo empregatício. A presente cláusula não tem natureza ou caráter salarial.

PARÁGRAFO ÚNICO

As empresas que não se enquadrarem no Caput desta Cláusula, reembolsarão a seus empregados mensalmente o valor integral despendido com a creche de sua escolha, mediante apresentação do respectivo recibo, até a criança completar 12 (doze) meses de idade.

Jornada de Trabalho - Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DURAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

A compensação ou prorrogação da duração diária de trabalho dos menores, obedecidos os

preceitos legais (CLT, art. 411, 412 e 413), fica autorizada, atendidas as formalidades seguintes:

A) manifestação de vontade, por escrito, por parte do empregado, assistido o menor por seu representante legal, em instrumento individual ou plúrimo, do qual conste o horário normal e o horário compensável ou prorrogável.

B) Com relação às horas extras aplica-se o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º da cláusula 28ª desta Convenção Coletiva de Trabalho.

C) as regras constantes desta cláusula serão aplicadas às compensações ou prorrogações, dentro do horário diurno, isto é, até às 22 horas, observada a legislação municipal sobre o funcionamento do comércio.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - BOLSA-CRECHE

No tocante às bolsas-creche, ficou estabelecido que o assunto passará a ser objeto de entendimento direto entre o Sindicato Profissional e o SESC - Serviço Social do Comércio.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - VEDAÇÃO DE DESCONTOS

É vedado às empresas descontarem dos salários dos empregados as importâncias correspondentes a cheques sem fundos, duplicatas, cartões de crédito e notas promissórias, recebidos e não quitados no prazo, desde que o empregado tenha cumprido as normas da empresa quanto ao recebimento dos referidos títulos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ENVELOPES DE PAGAMENTO

No ato do pagamento do salário os empregadores deverão fornecer aos empregados envelope ou documento similar que, contendo identificação da empresa, discrimine o valor do salário pago e respectivos descontos, sendo que uma via, obrigatoriamente, ficará em poder do empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – UNIFORMES

O empregador que determinar o uso de uniforme deverá fornecê-lo gratuitamente a seus empregados exceto calçados, salvo se o serviço exigir calçado especial.

PARÁGRAFO ÚNICO

Ocorrendo o desconto indevido, aplica-se o disposto na Cláusula Trigésima Quinta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ADEQUAÇÃO DA JORNADA

É permitido que os empregadores escolham os dias da semana (de segunda-feira a sábado) em que ocorrerão reduções da jornada de trabalho de seus empregados, para adequá-la às 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação de horas extras, pelo qual as horas extras efetivamente realizadas pelos empregados, limitadas a (02) duas horas diárias, durante o mês, poderão ser compensadas, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o mês da prestação da hora, com reduções de jornadas ou folgas compensatórias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de, ao final do prazo do parágrafo anterior, não tiverem sido compensadas todas as horas extras prestadas, as restantes deverão ser pagas como horas extras, ou seja, o valor da hora normal, acrescido do adicional de horas extras, conforme previsto na cláusula 14ª desta Convenção Coletiva de Trabalho, observando-se o disposto no § 1º da referida cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso concedidas, pela empresa, reduções de jornada ou folgas compensatórias além do número de horas extras efetivamente prestadas pelo empregado, essas não poderão se constituir como crédito para a empresa, a ser descontado após o prazo do parágrafo primeiro (§ 1º).

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CESTA BÁSICA

As empresas fornecerão Cesta Básica tradicional de 25 (vinte e cinco) kg por mês gratuitamente aos seus empregados que preencherem a todos os seguintes requisitos: I) não ter faltado injustificadamente ao trabalho durante o mês; II) não ter se ausentado do trabalho por período igual ou superior a 05 (cinco) dias no mês em razão da apresentação de atestado médico, III) não ter se afastado do trabalho por meio da previdência social por período igual ou superior à 15 (quinze) dias no mês; IV) não ter sofrido nenhuma advertência por escrito ou suspensão do trabalho durante o mês; V) não ter o seu contrato de trabalho suspenso ou rescindido durante o mês; VI) não acumular durante o mês um número de 60 minutos de atraso, sem justificativas plausíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A cesta básica a que se refere a presente cláusula será composta pelos seguintes itens: 05 (cinco) quilos de arroz, 05 (cinco) quilos de açúcar, 03 (três) quilos de feijão, 01 (um) quilo de café, 04 (quatro) latas de óleo, 01 (um) quilo de farinha de mandioca, 02 (dois) quilos de fubá, 02 (dois) quilos de macarrão, 02 (dois) quilo de farinha de trigo, 400 (quatrocentos) gramas de tempero alho e sal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A empresa que forneça aos seus empregados auxílio/ticket refeição igual ou superior à R\$9,16 (nove reais e dezesseis centavos) por dia de trabalho fica isenta do fornecimento da cesta básica a que se refere a presente cláusula.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DIA DO COMERCIÁRIO

O dia 30 (trinta) do mês de outubro foi fixado como "Dia do Comerciário" para todos os comerciários abrangidos pela convenção (art. 07º, da Lei nº 12.790/2013), atribuindo-se a tal dia efeito de feriado integral para todo o comércio do município de Santa Luzia/MG.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No tocante ao Dia do Comerciário as partes transigiram e transacionaram, ficando acertado que o mesmo será comemorado na segunda-feira de carnaval 16/02/2015.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os empregados que laborarem no Dia do Comerciário e forem desligados da empresa antes do dia 16/02/2015, terão o dia pago em rescisão.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Excepcionalmente, essa cláusula terá vigência até 16 (dezesseis) de fevereiro de 2015, não se aplicando a data de 31 de janeiro de 2015 prevista na cláusula primeira.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DIAS DE BALANÇO

Quando da necessidade de realização de balanço e/ou inventário físico, haverá fornecimento de lanche ou refeições.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LANCHE GRATUITO – FORNECIMENTO

Quando o empregado trabalhar em jornada extraordinária ou em jornada predominante noturna, fica o empregador obrigado a fornecer um lanche gratuito, de forma a recompor as energias do trabalhador, sendo que este lanche não integrará, para qualquer efeito, o salário do empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Será garantido emprego e salário aos empregados que estejam a menos de 02 (dois) anos da aposentadoria, desde que pré-avise o empregador, sendo que, adquirido o direito, cessa a estabilidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

Fica proibida a contratação de mão-de-obra locada ou terceirizada vinculadas a atividade-fim da empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DESCONTOS INDEVIDOS RESTITUIÇÃO

Descontos indevidos realizados nos salários dos empregados deverão ser restituídos ao empregado, num prazo de 48 (quarenta e oito) horas de tal constatação, com atualização monetária do débito trabalhista pelos índices utilizados pela Justiça do Trabalho, desde a data do referido desconto, e com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) a título de reparação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FALTAS E HORAS ABONADAS

Além dos casos previstos em lei, o empregado poderá ausentar-se ao serviço, sem prejuízo de sua remuneração, por 01 (um) dia em caso de falecimento de sogra ou sogro.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

O empregado que comprovadamente necessitar faltar ao trabalho por motivo de acompanhamento de ascendentes ou descendentes, de primeiro grau, para atendimento médico, limitadas a 04 (quatro) por ano, terá o seu dia abonado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - RETENÇÃO DA CTPS INDENIZAÇÃO

Com vistas ao Precedente Normativo 98, do Eg. TST, será devida ao empregado a indenização correspondente a 01 (um) dia de salário, por dia de atraso, pela retenção de sua carteira profissional após o prazo de 48 horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ANTECIPAÇÃO DE SALÁRIOS

As empresas se obrigam a adiantar a seus empregados, a título de antecipação de salários, quinzenalmente, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do salário que o empregado percebeu no mês anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Aos denominados comissionistas, puros ou mistos, a antecipação de que trata a cláusula será, no mínimo, de 40% (quarenta por cento) do valor da garantia-mínima devida no mês anterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A antecipação quinzenal tem como parâmetro o dia de pagamento dos salários pela empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – ARMÁRIOS

Manutenção pelas empresas, de armários individuais, vestiários, sanitários e, quanto aos dois (02) últimos, proibido o uso comum para ambos os sexos, nos termos da Portaria nº 3.214/78 e NR-24, do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – ASSENTOS

As empresas se obrigam a colocação de assentos no local de serviço, para uso dos empregados que tenham por atribuição o atendimento ao público em pé, nos termos da Portaria nº 3.214/78 e NR-17, do Ministério do Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO

Todo empregado do comércio, que realize a função em pé, deve poder assentar quando está aguardando a vez de atender clientes, seja em sistema de rodízio no atendimento, seja em intervalos de dez minutos a cada hora.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - CHEQUES NOMINATIVOS

As empresas se obrigam a efetuar os pagamentos das rescisões de contrato de trabalho com menos de 01 (um) ano de serviço, preferencialmente em cheques nominativos ou depósito em conta salário.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONFERENCIA DE CAIXA

A conferência dos valores de "Caixa" será realizada na presença do comerciante responsável; se este for impedido, pela empresa, de acompanhar a conferência, ficará isento de qualquer responsabilidade por erros apurados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

Os empregadores remeterão ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recolhimento da contribuição sindical dos seus empregados, relação nominal desses empregados contribuintes, indicando a função de cada um, o salário percebido no mês a que corresponder a contribuição e o respectivo valor recolhido - Portaria nº 3.233/83.

PARÁGRAFO ÚNICO

Recomenda-se às empresas que lancem na CTPS do empregado o nome do Sindicato favorecido ou as iniciais "SEC-BH-RM" quando fizerem a anotação da contribuição sindical, em vez de, simplesmente, "Sindicato da Classe".

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DISPENSA POR ESCRITO

No ato da dispensa do empregado, a empresa deverá comunicá-la por escrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Após a rescisão, a CTPS será obrigatoriamente apresentada pelo empregado à empresa, contra-recibo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que esta, em igual prazo, anote a data da saída e a devolva.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso de concessão de aviso prévio pelo empregador, o empregado poderá ser dispensado deste, se, antes do término do aviso comprovar haver conseguido novo emprego, recebendo, na hipótese, apenas os dias efetivamente trabalhados.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ocorrendo a hipótese do § 2º, fica facultado ao empregador efetuar o pagamento das verbas rescisórias no primeiro (1º) dia útil seguinte à data estabelecida para o término do aviso prévio.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ATESTADO DE AFASTAMENTO

Na época da rescisão contratual a empresa fornecerá, ao empregado, uma via do atestado de afastamento e salário, desde que requerido pelo empregado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

A Superintendência Regional do Trabalho em Minas Gerais é autorizada a fiscalizar a presente Convenção, em todas as suas cláusulas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ATESTADO MÉDICO

A empresa que não puder atender o empregado através do serviço médico e/ou odontológico próprio, ou em convênio com clínica particular, será obrigada a aceitar atestado médico e/ou odontológico do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, consoante as normas da Portaria nº 3.291, de 20/02/84, do Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social (D.O.U. de 21/02/84).

PARÁGRAFO ÚNICO

Relativamente ao atestado acima referido, compromete-se o Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, pela sua Chefia Médica, a proceder a revisão do respectivo exame, quando solicitado por médico de confiança da empresa ou fundamentadamente por esta.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - SEGURO DE VIDA

Recomenda-se aos empregadores que façam para todos seus empregados acima de 35 (trinta e cinco) anos de idade, e sem ônus para os mesmos, um seguro de vida em grupo.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADO

As despesas resultantes da transferência nos termos do que dispõe o art. 470/CLT, correrão por conta do empregador.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - SALARIO EMPREGADO MAIS ANTIGO

Nenhum empregado admitido entre 01/02/2013 e 31/01/2014 poderá receber, em virtude desta Convenção, aumento superior ao concedido a empregados mais antigos na empresa, e que exerçam os mesmos cargos e funções.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - TAXA ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

As empresas, como intermediárias, descontarão da remuneração de todos os seus empregados, a importância de 6,0% (seis por cento) dos salários dos meses de junho e novembro de 2014, respeitado o limite máximo de R\$ 85,00 (Oitenta e cinco reais), a título de taxa assistencial, como deliberada e aprovada pela Assembléia Geral, conforme artigo 8º, da Convenção 95 da OIT, recolhendo os valores em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, junto à Caixa Econômica Federal, por meio de impresso próprio fornecido pela Entidade Profissional, até o dia 04 (quatro) do mês subsequente ao desconto, devendo os empregadores encaminhar cópia da comprovação do recolhimento ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte e Região Metropolitana, acompanhada da relação dos empregados, da qual constem os salários anteriores e os reajustados e o respectivo valor descontado, de forma individual, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do referido recolhimento. Tais comprovações poderão ser enviadas por meio eletrônico no endereço sindical@secbhrm.org.br.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ao empregado que não concordar com os descontos ficará assegurado o direito de oposição no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro desconto no salário, pessoalmente ou por escrito junto à Entidade Sindical, que fornecerá comprovante ao trabalhador.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O não recolhimento dentro do prazo acarretará, à empresa, multa de 02% (dois por cento) sobre o valor, juros moratórios de 01% (um por cento) ao mês e correção com base na variação do IGPM.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Para aqueles empregados demitidos antes da data limite do pagamento, terão descontada a taxa assistencial em tela por ocasião do pagamento das verbas rescisórias, fazendo este pagamento na mesma ocasião. Neste caso, faculta-se a realização de oposição no mesmo ato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CÁLCULO DE ATESTADOS, FÉRIAS, 13º SALÁRIO E RESCISÃO DO COMISSIONISTA

Para efeito de pagamento de atestado médico, férias, 13º salário e rescisão contratual, serão tomadas por base de cálculo os últimos 06 (seis) meses, salvo se a média dos últimos 12 (doze) meses sobre as comissões, prêmios e repousos semanais remunerados for maior, hipótese em que prevalecerá o maior valor da média apurada. Aos empregados que percebem parte fixa mais comissões, aplica-se o mesmo cálculo, que será acrescido da parte fixa do mês.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DESCONTO DE MENSALIDADES

Nos termos do artigo 545 da CLT, as empresas se obrigam a descontar em folha de pagamento as mensalidades sociais devidas ao Sindicato, desde que devidamente autorizadas pelos empregados.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CARGA E DESCARGA DE CAMINHÕES

Fica vedado por este instrumento a utilização da mão-de-obra de comerciários comissionistas para a carga ou descarga de caminhões.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - FORNECIMENTO DE EPI

As empresas ficam obrigadas a fornecer Equipamentos de Proteção Individual, quando exigido pela legislação.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - REGULAMENTO INTERNO

As empresas se obrigam a fornecer a seus empregados, desde que requerido, uma cópia do regulamento interno, caso a empresa o possua, e não esteja afixado junto ao quadro de horário de trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - INÍCIO DE FÉRIAS

As férias **não** poderão ter início em domingos, feriados, ou dias já compensados, exceção feita às atividades comerciais estabelecidas na relação anexa ao artigo 7º do Regulamento a que se refere o Decreto nº 27.048/49, regulamentador da Lei nº 605/49.

PARÁGRAFO ÚNICO

Quando do retorno das férias, fica assegurado a estabilidade do emprego por 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - JORNADA ESPECIAL DE 12 X 36 HORAS

Faculta-se às empresas a adoção do sistema de trabalho denominado "Jornada Especial", com 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga, para o serviço de vigia.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para os que trabalham sob a denominada "Jornada Especial", as 12 (doze) horas serão entendidas como normais, sem incidência de adicional referido na Cláusula 14ª, ficando esclarecido igualmente não existir horas extras no caso de serem ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte, o que é próprio desta "Jornada Especial".

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas vinculadas a esta Convenção Coletiva se obrigam a recolher em favor do SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE SANTA LUZIA, na forma do artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal, uma importância a título de Contribuição Confederativa, para custeio do sistema confederativo da representação sindical do comércio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A contribuição Confederativa de que trata esta cláusula será estabelecida em assembléia geral da Entidade Sindical Patronal que subscreve a presente Convenção, especialmente convocada para fixar o valor a ser recolhido no mês de maio de 2014, em qualquer agência dos estabelecimentos arrecadadores indicados, através de guia própria que a Entidade Patronal beneficiária encaminhará as empresas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso da empresa, por qualquer motivo, deixar de receber a guia própria, ou no caso de não existir, na localidade, estabelecimento arrecadador indicado na guia, o recolhimento da Contribuição Confederativa poderá ser feito através de ORDEM DE PAGAMENTO, à Entidade beneficiária, observando: SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE SANTA LUZIA, à Rua Presidente Washington Luiz, nº 349, Boa Esperança - Santa Luzia/MG - Banco Caixa Econômica Federal Agência 1066 Conta Corrente nº 2169-2.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DISPENSA DE MEDICO COORDENADOR

As empresas com mais de 25 (vinte e cinco) e menos de 50 (cinquenta) empregados, enquadradas no grau de risco 1 ou 2, segundo o Quadro I da NR 4, ficam desobrigadas de indicar médico coordenador do PCMSO.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - PLANO ODONTOLÓGICO

As empresas contratarão Plano Odontológico para seus empregados, observadas as seguintes condições: a) O plano a ser contratado será no importe de R\$16,26 (Dezesseis reais e vinte e seis centavos) por pessoa (titular/dependente) e será por ela custeado com coparticipação de seus empregados na proporção de 50% (cinquenta por cento); b) As empresas terão 60 (sessenta) dias de prazo para implantação do plano, contados a partir da data deste instrumento; c) O empregado poderá fazer adesão de seus dependentes com o mesmo custo *per capita*,

entretanto a co-participação para tais dependentes será de 100%;

d) O plano a ser contratado deverá apresentar as seguintes características: atendimento em rede credenciada nacional; sem carência; realização de palestras sobre saúde bucal nos principais locais de trabalho; *call center* 24 horas; cobertura de coroa provisória e prótese para conserto, recimentação e recolocação de peça metálica; tabela especial para procedimentos sem cobertura; reembolso para atendimento em locais não credenciados; colocação gratuita de aparelho ortodôntico; cobertura de todos os procedimentos do rol mínimo da regulamentação em vigor, acrescidos de cobertura completa nas seguintes especialidades: diagnóstico (consulta inicial e exames), urgência/emergência (curativos, reparos e alívio da dor), radiologia, prevenção (orientação, polimentos e aplicação de flúor e/ou selantes), dentística (restaurações), periodontia (tratamento de gengiva), endodontia (tratamento de canal), odontopediatria e cirurgias (realizadas em consultórios odontológicos). e) O empregado poderá se opor ao presente plano devendo, para tanto, apresentar sua carta de oposição perante o Sindicato profissional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do presente instrumento. f) Ao empregado que não concordar com o desconto ficará assegurado o direito de oposição de forma expressa à empresa, com envio de cópia a Entidade Sindical.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - REUNIÃO E CURSO

Os empregados convocados pela empresa para reuniões e cursos, fora da jornada normal de trabalho, deverão ser remunerados pelas horas extraordinárias ou compensadas na forma do parágrafo primeiro, da Cláusula vigésima Oitava, desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA – FERIADOS

Fica autorizado o trabalho e a abertura dos estabelecimentos comerciais nos dias: 21 de abril de 2014, 19 de junho de 2014 (*Corpus Christi*), 15 de agosto de 2014, 12 de outubro de 2014, 15 de novembro de 2014 e 13 de dezembro de 2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O trabalhador que prestar serviço no(s) referido(s) dia(s) de feriado(s) terá sua jornada estabelecida em 08 (oito) horas, com no mínimo 01 (uma) hora de intervalo para descanso e alimentação, sendo que eventual jornada de trabalho extraordinária será remunerada com o adicional estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Deverão ser observados os intervalos intrajornada e interjornada previstos na legislação trabalhista.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O comerciário que trabalhar no(s) referido(s) dia(s) de feriado(s) fará jus a uma gratificação de R\$42,00 (Quarenta e dois reais), por cada feriado trabalhado, a título de alimentação, sem natureza salarial.

PARÁGRAFO QUARTO

Os valores a que se refere o Parágrafo Terceiro, desta Cláusula, deverão ser pagos junto com a folha de pagamento do mês correspondente ao feriado trabalhado.

PARÁGRAFO QUINTO

Excepcionalmente, e para este instrumento, fica estabelecido que o não pagamento dos valores estipulados nesta cláusula, na data aprazada, implicará no pagamento de multa de 100% (cem por cento) do valor e correção monetária pelo INPC, esta última no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEXTO

Os estabelecimentos comerciais, como forma de compensação dos dias de feriados trabalhados, deverão conceder para cada empregado que trabalhar nestes dias, 01 (uma) folga compensatória para cada feriado trabalhado, a serem concedidas no prazo de até 60 (sessenta) dias após o respectivo mês do feriado trabalhado, devendo a folga recair obrigatoriamente em uma segunda-feira ou em um sábado.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O empregado que se demitir ou vier a ser demitido, e que não vier a gozar de quaisquer das folgas dentro do prazo previsto no parágrafo 6º supra, fará jus à indenização correspondente a 1/30 (um trinta avos) de sua remuneração.

PARÁGRAFO OITAVO

Para o trabalho nos dias de feriados referidos nesta Convenção, as empresas deverão fornecer vale transporte aos seus empregados, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - DIFERENÇAS SALARIAIS

As eventuais diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, relativas aos meses de fevereiro e março poderão ser pagas juntamente com o salário do mês de abril de 2014, sem acréscimos legais.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - DESCONTO DE PRESTAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO

Recomenda-se aos empregadores observar as disposições da Lei 10.820/03, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS DA EMPRESA

Recomenda-se aos empregadores conceder a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas, nos termos do artigo 7º inciso XXI da Constituição Federal e da Lei 10.101 do ano de 2000.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA – MULTA

Fica estabelecida multa equivalente a 10% (dez por cento) do salário do empregado por cada Cláusula descumprida desta convenção coletiva de trabalho pago pela empresa, em favor do(s) empregado(s) prejudicado(s).

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA – DURAÇÃO

A presente Convenção terá vigência pelo prazo de 01 (um) ano, ou seja, de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, aplicando-se-lhe as disposições legais que regem a matéria, respeitado o disposto na Cláusula Trigésima quanto a comemoração do Dia do Comerciante.

E, para que produza seus jurídicos efeitos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi lavrada em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, sendo levada a registro junto à Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do seu Sistema Mediador.

Santa Luzia, 14 de abril de 2014.

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE SANTA LUZIA

Sebastião Ivo Alves – Presidente

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE BELO HORIZOTE E REGIÃO
METROPOLITANA - SECBRM**

Jose Cloves Rodrigues – Presidente